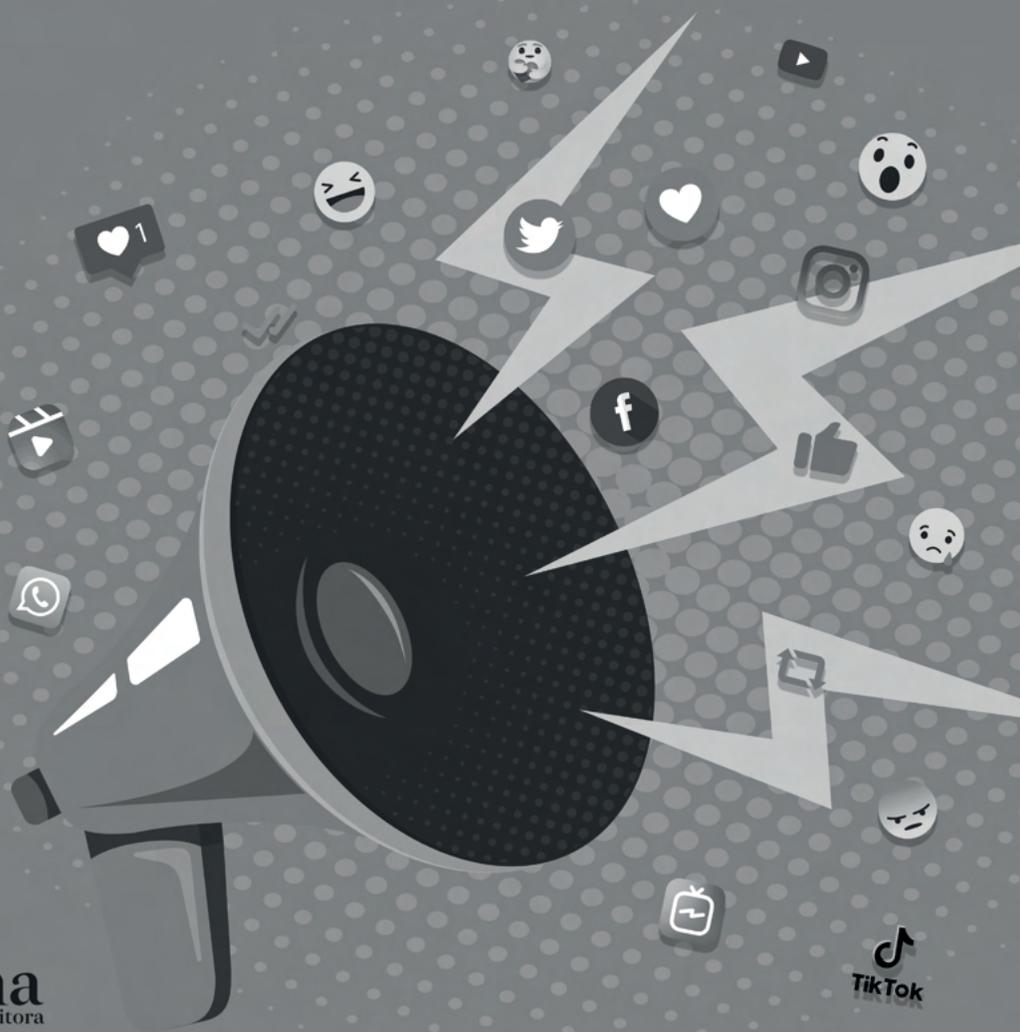


COMUNICAÇÃO:

Mídias, temporalidade e processos sociais

Miguel Rodrigues Netto
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Comunicação: mídias, temporalidade e processos sociais

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Miguel Rodrigues Netto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação: mídias, temporalidade e processos sociais /
Organizador Miguel Rodrigues Netto. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-435-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.358212608>

1. Comunicação. 2. Mídias. I. Rodrigues Netto, Miguel
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O livro “Comunicação: Mídias, temporalidade e processos sociais” é uma obra multidisciplinar que reúne estudos científicos de pesquisadores de diversas partes do país sob o fio condutor da mídia e de suas relações na sociedade. Ao todo dezessete capítulos emprestam seu brilho a esta obra que tem tudo para ser referência nos estudos da mídia. Este primeiro volume aborda de forma categorizada os trabalhos conforme suas afinidades temáticas.

Como é de se esperar pela temática, o livro apresenta uma predominância de capítulos que dialogam de modo mais explícito com o jornalismo e suas práticas assim temos a abordagem do jornalismo em plataformas digitais, jornalismo de revista e sites de notícias. A publicidade é também uma área central na obra e aqui temos estudos que abrangem comportamento do consumidor, campanha publicitária e publicidade comportamental.

Num eixo tangente às mídias o livro dialoga bem com áreas importantes das ciências humanas e sociais, como as interfaces tecnológicas nos estudos de games, seja nas transformações comunicacionais contemporâneas, seja enquanto jogos digitais acionados por smartphones ou na trilha sonora dos games. Também merece destaque o debate sobre o desejo social do consumo, a análise do discurso presidencial sob o espectro do negacionismo, bem como outros estudos que perpassam por campos complexos e múltiplos como direitos humanos, educação, filosofia e cultura.

O objetivo central do livro é demonstrar como é amplamente possível a partir de um tema interdisciplinar reunir pesquisadores dos mais diversos matizes capazes de produzir sentidos que dialogam entre si e que ampliar o alcance de um debate tão caro ao nosso tempo como a temporalidade e os processos sociais que emergem das mídias e que foram catapultados ao plano máximo com o advento da pandemia do Coronavírus.

A humanidade nunca esteve tão conectada e a sociedade em rede nunca foi tão real. O ciberespaço se maqueia de simulacro e realidade conforme a nuance que lhe é dada pelo fluxo cibercultural do conteúdo compartilhado. As relações econômicas, políticas e sociais se imbricaram de tal forma que é impossível dizer quanto um conteúdo é comercial, de entretenimento, de engajamento ou instrucional. Não sabemos a medida potencial dos meios que nos cercam.

Deste modo a obra Comunicação: Mídias, temporalidade e processos sociais apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Esperamos que nestes tempos sombrios onde a intolerância e a polarização insistem em minar o senso crítico, que esta obra possa servir de luz para pavimentar o sólido conhecimento acerca das mídias que aqui se constrói e se consolida.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PANDEMIA NO UNIVERSO DELAS: COMO PLATAFORMAS DIGITAIS DIRIGIDAS ÀS MULHERES INFORMAM SUAS LEITORAS SOBRE O CORONAVÍRUS	
Elizângela Costa de Carvalho Noronha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126081	
CAPÍTULO 2	23
CONTEÚDO JORNALÍSTICO DAS REVISTAS BOA FORMA E CORPO A CORPO NA ABORDAGEM DO TEMA BELEZA	
Miguel Rodrigues Netto	
Débora de Andrade Barbão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126082	
CAPÍTULO 3	39
MERCADO DE REVISTAS E O NICHU DO HOMEM EM CRISE DE IDENTIDADE NO BRASIL E PORTUGAL	
Mateus Silva Noronha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126083	
CAPÍTULO 4	54
MODELOS DE NEGÓCIO NO JORNALISMO DIGITAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
Raniê Solarevisky de Jesus	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126084	
CAPÍTULO 5	71
AS NARRATIVAS EM SUAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS: O CASO “LAVA JATO” EM SITES JORNALÍSTICOS	
Karolina de Almeida Calado	
Heitor Costa Lima da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126085	
CAPÍTULO 6	85
A CAMPANHA DE LANÇAMENTO DA MARCA DEVASSA E A REINVENÇÃO DA PUBLICIDADE	
Sandra Maria Ribeiro de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126086	
CAPÍTULO 7	98
O CONSUMO DO MODO DE VIDA DA ARISTOCRACIA INGLESA: A REPRESENTATIVIDADE DO LUXO E PODER	
Lye Renata Prando	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126087	

CAPÍTULO 8	109
PUBLICIDADE COMPORTAMENTAL E RESPONSABILIDADE CIVIL	
Bruno Yudi Soares Koga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126088	
CAPÍTULO 9	129
GAMES E INTERFACES: UMA CORRELAÇÃO ENTRE A POPULARIDADE E A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO	
Paula Poiet Sampedro	
Gislene Victoria Silva	
Vania Cristina Pires Nogueira Valente	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3582126089	
CAPÍTULO 10	141
TRANSFORMAÇÕES COMUNICACIONAIS CONTEMPORÂNEAS A PARTIR DO PRISMA TECNOLÓGICO	
Danusa Santana Andrade	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260810	
CAPÍTULO 11	153
ANÁLISE TEÓRICA SOBRE JOGOS DIDÁTICOS DISPONÍVEIS COMO APLICATIVOS PARA SMARTPHONES COM O TEMA TABELA PERIÓDICA	
Carlos Adriano Sá Amorim	
Elaine da Silva Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260811	
CAPÍTULO 12	166
A TRILHA SONORA DOS GAMES: UMA RETROSPECTIVA	
Gislene Victoria Silva	
Paula Poiet Sampedro	
Vânia Cristina Pires Nogueira Valente	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260812	
CAPÍTULO 13	178
A LIBERDADE DO INDIVÍDUO NO DESEJO SOCIAL DE CONSUMO A FILOSOFIA DE UMA CONSCIÊNCIA NO HUMANISMO DE ERICH FROMM	
Antônio Veiga Neto	
Jacir Alfonso Zanatta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260813	
CAPÍTULO 14	194
A NEGAÇÃO DA VACINA E A RESISTÊNCIA AO JACARÉ: DO DISCURSO VERBAL DO PRESIDENTE AO DISCURSO MIMETIZADO DA OPOSIÇÃO	
Ahiranie Sales dos Santos Manzoni	
Lisiane Alcaria de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260814	

CAPÍTULO 15	207
PESQUISAS EM MUDIATIZAÇÃO E POLÍTICA: O ESTADO DA ARTE NO BRASIL	
Mab Favero Nathasje	
Marcos Fabio Belo Matos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260815	
CAPÍTULO 16	222
VIOLÊNCIA-IMAGEM, MÍDIA E PULSÃO DE MORTE: PEDAGOGIA DO IMAGINÁRIO E DIREITOS HUMANOS	
Magno Medeiros	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260816	
CAPÍTULO 17	235
RESSIGNIFICAÇÃO DO MITO SUL-RIO-GRANDENSE PELO OLHAR DE MENINAS ESCOLARES DE 12 A 18 ANOS RESIDENTES EM SANTA MARIA, RS	
Jéssica Dalcin da Silva	
Evandro Bertol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.35821260817	
SOBRE O ORGANIZADOR	241
ÍNDICE REMISSIVO	242

VIOLÊNCIA-IMAGEM, MÍDIA E PULSÃO DE MORTE: PEDAGOGIA DO IMAGINÁRIO E DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 01/09/2021

Magno Medeiros

Doutor pela USP, Professor Titular da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás; pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, ambos da UFG
Goiânia – GO
<http://lattes.cnpq.br/8829860934484429>

RESUMO: O artigo aborda a violência-imagem no contexto das narrativas midiáticas, tencionando o conceito de pulsão de morte e a sua relação com a pedagogia do imaginário e com os direitos humanos. Entende-se por violência-imagem as cenas ou recortes imaginários nos quais a violência projeta-se como espetáculo midiático. São imagens de violência sobressalentes de jogos do imaginário construídos pela mídia em seus diferentes processos de sociabilidade. O conceito de pulsão de morte não encontra ressonância e não tem vínculo causal com a prática agressiva ou violenta. Esse conceito remete à noção de busca do ordenamento original da psique e do resgate ao Nirvana. Busca-se compreender a violência-imagem nas narrativas midiáticas, ressaltando os aspectos decorrentes da formação humanística e cidadã. Resgatar o poder da simbolização, cultivar a beleza da criação, valorizar a experiência da mitificação do ser humano e ressaltar o caráter humanitário do sujeito são, pois, o meio através

do qual se tecerá uma sugestiva educação da imaginação, objetivo essencial da pedagogia do imaginário e da afirmação dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; imagem; pulsão de morte; direitos humanos; pedagogia do imaginário.

VIOLENCE-IMAGE, MEDIA AND DEATH DRIVE: PEDAGOGY OF THE IMAGINARY AND HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: The article approaches image-violence in the context of media narratives, stressing the concept of the death drive and its relationship with the pedagogy of the imagination and with human rights. Image-violence is understood as the imaginary scenes or cuts in which violence is projected as a media spectacle. They are images of violence that stand out from imaginary games constructed by the media in their different processes of sociability. The concept of death drive has no resonance and has no causal link with aggressive or violent practice. This concept refers to the notion of seeking the original ordering of the psyche and rescuing Nirvana. It seeks to understand image-violence in media narratives, emphasizing aspects arising from humanistic and citizen training. Recovering the power of symbolization, cultivating the beauty of creation, valuing the experience of human mythification and highlighting the humanitarian character of the subject are, therefore, the means through which a suggestive education of the imagination will be woven, an essential objective of the pedagogy of the imagination and the affirmation of human rights.

KEYWORDS: Violence; image; death drive; human rights; pedagogy of the imaginary.

11 DA VIOLÊNCIA-IMAGEM ÀS NARRATIVAS MIDIÁTICAS DO MEDO E DO DESEJO

Entendemos por violência-imagem as cenas ou recortes imaginários nos quais a violência projeta-se como espetáculo midiático. Em outros termos, trata-se de imagens de violência sobressalentes de jogos do imaginário construídos pela mídia em seus diferentes processos de sociabilidade. Assim, a violência-imagem é figurativa de processos de simbolização arquetípica, notadamente daqueles provenientes do imaginário sombrio (medo, desejo, angústia, insegurança, fobia, etc.).

A propósito dessa violência-imagem, Gilbert Durand destaca a importância da função fantástica na constituição das narrativas imaginárias: “Esta função fantástica não só nos parece universal em sua extensão através da espécie humana, senão também em sua compreensão: está na raiz de todos os processos da consciência e se revela como a marca originária do Espírito” (DURAND, 1981, p. 378). Raiz de todos os processos da consciência e marca originária do Espírito, a função fantástica permite os deslocamentos da imaginação rumo a um mundo ambíguo e transcendente.

A violência-imagem torna-se, com efeito, veículo ambíguo e polissêmico, através do qual as pessoas se deslocam, imaginariamente, para o mundo do sonho ou do pesadelo, instâncias privilegiadas de um “lugar fantástico”. Durand constatava o desprezo do pensamento ocidental às “cabeças imaginantes” (poetas e artistas, por exemplo), que sempre eram taxadas como “desviantes”. No bojo de iconoclasmos e racionalismos, a imaginação tem sido pejorativamente considerada como a “louca da casa”, instância na qual predominaria o “erro e a falsidade” (DURAND, 1981, p. 17).

No contexto de processos de sociabilidade contemporâneos, a mídia bombardeia seus telespectadores, internautas ou receptores uma grande enxurrada de imagens espetaculares de violência – violência-imagem. Essas imagens de violência explícita nas diversas telas midiáticas (agressões, tiros, socos, pontapés, explosões, assassinatos, guerras, perseguições policiais, atropelamentos, desastres de automóvel, atos de terrorismo, acidentes geográficos, etc) se constituem em puro espetáculo. Trata-se, pois, de uma violência estetizada, fabricada esteticamente, para fins de sedução do olhar da audiência. Tais imagens buscam atender a uma demanda de violência imaginária. Se a violência-imagem tem grande audiência, é porque tais cenas (sejam elas veiculadas em filmes, seriados, novelas ou noticiários) encontram ressonância no imaginário sombrio dos receptores, sempre povoado de desejos, medos, angústias e fobias.

Segundo Jean Delumeau (1989, p. 23), o sentimento humano de medo é um importante motivador no processo imaginário. É capaz de desencadear imagens mentais de violência, seja na qualidade de agressor ou de vítima. Mas o medo, cujo tema tem

sido “silenciado” por pesquisadores e acadêmicos, deve ser encarado como uma das mais importantes paixões humanas, talvez aquela em que há maior sofrimento.

Esse “silêncio temático”, conforme Delumeau, é devido a uma confusão conceitual entre medo e covardia, coragem e temeridade. Considerada como “vergonha” da civilização, o sentimento de medo é, contudo, natural e até necessário aos seres humanos: “Inerente à nossa natureza, (o medo) é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte” (DELUMEAU, 1989, 19). Mas o medo, irradiado pela mídia, só atinge o receptor na medida em que ele se digna a imaginar que essas tragédias cotidianas podem acontecer consigo próprio. Ao invés de se projetar no outro, ele passaria a introjetar-se em si mesmo: aí, sim, o medo poderia transformar-se em neurose, angústia ou fobia (DELUMEAU, 1989, p. 25). O medo e a angústia tecem, pois, processos de sociabilidade nos quais o imaginário é recheado de heróis, monstros, bandidos, figuras arquetípicas do Bem e o Mal.

Segundo Durand, o imaginário sombrio cinge-se, principalmente no contexto infanto-juvenil, de “símbolos teriomorfos”, entidades em forma de animais (DURAND, 1981, p. 63). O lobo, por exemplo, tornou-se o animal feroz por natureza, símbolo do medo, da ameaça e do castigo.

Já os monstros (ou “homens-monstro”) são o símbolo personificável de forças destruidoras e devoradoras: a própria morte. Segundo G. Durand, o temor ante a morte é, portanto, o primeiro e principal tema do simbolismo da violência, especialmente aquele cuja narrativa destaca um animal feroz. Com efeito, a bestialidade representa o símbolo eterno de Cronos e Thanatos, forças destruidoras, segundo a mitologia grega. Também merece ênfase o simbolismo do dragão, monstro cuja construção remete aos arquétipos da besta, da noite e da água. Nessa combinação se mesclam a animalidade vermídea, a ferocidade, os aspectos escamoso, viscoso e tenebroso da “água espessa”. Assim, as narrativas midiáticas constroem e reconstróem o arquétipo do dragão (e da Esfinge) a partir de terrores fragmentários, de repugnâncias, de pavores, de repulsões, enfim, do submundo dos horrores e das trevas (DURAND, 1981, p. 91-2).

Essas narrativas midiáticas do imaginário sombrio têm como ingrediente fundamental a violência-imagem, que se irradia freneticamente em processos de sociabilidade contemporânea. Esses temores, repugnâncias, repulsões, pavores e medos continuam presentes nos dias atuais, embora tenham sofrido mutações tecnológicas e sociais. A mídia tem irradiado diária e cotidianamente as novas configurações do medo urbano: violência policial, assaltos, delinquência infanto-juvenil, drogas, roubos, desemprego, miséria, solidão, doenças incuráveis, etc. No entanto, as narrativas midiáticas tendem a transformar todas essas variações de violência em espetáculo. Assim fazendo, transubstancia as imagens de violência real em violência esteticizada, brilhante como papel celofane, para suarmos a expressão de Durand.

Essa proliferação midiática de imagens espetaculares de violência parecem estar

distantes da realidade pessoal ou comunitária. Parece corresponder a uma outra realidade: ao mundo distante do vizinho, do povo, dos marginalizados, enfim, do outro. Outro como lugar alheio a qualquer individualidade. Trata-se, portanto, de violência-imagem, produto midiático construído por meio de projeções e jogos do imaginário social. Neste caso, quando as imagens de violência tornam-se produto simbólico de outro tempo/espaço – sujeito subtraído – então essa violência se esvazia de qualquer indignação ou revolta.

Segundo Morin, o indivíduo sente a necessidade (inconsciente) de viver a morte imaginária. E isto é possível, por exemplo, através das narrativas midiáticas, sempre repletas de imagens e símbolos de violência-imagem. Ressalta o pensador: “*O grande fascínio da morte emerge obscuramente sob o jorro da violência.* (MORIN, 1990, p. 114). Esse fascínio, porém, se justifica no fato de que a morte imaginária é isenta de concretude, pois são sempre o outros que morrem e não o próprio sujeito. De acordo com Morin, no sacrifício uma pessoa ‘morre em meu lugar’, enquanto que nas imagens midiáticas ‘são os outros que morrem, e não eu’. Ademais, a violência-imagem satisfaz simbólica e oniricamente o desejo inconsciente de romper com o Interdito, com a lei, com a ordem, com a organização e a indiferença do mundo – essa tosca sociabilidade. A violência-imagem fascina, enfim, porque ela é o símbolo maior do próprio desejo. Mas, na esfera das narrativas midiáticas, essa violência imaginária é como que purgada para “neutralizar” ou “eufemizar” a violência real: o nosso medo secular da morte. Como afirma Durand (1981), uma maneira de negar a negação.

Nota-se, contudo, que as narrativas midiáticas repetem um único tema: a morte. A guerra entre a vida e a morte, entre a construção e a destruição. Como afirma Mircea Eliade (1988), a repetição é necessária para a recriação permanente da vida e para proporcionar a transformação do homem, preso à sua história, à sua concretude físico-biológica, no homem livre, simbolicamente transtemporal. Este mesmo homem que está permanentemente buscando se integrar ao tempo mítico das origens, os tempos primordiais. Sendo repetitiva, a lógica das narrativas midiáticas é recorrente: primeiro se anuncia a morte (ameaça de extinção, destruição ambiental, homicídio, sofrimento, dor, doença); depois, evoca-se a vida (as possibilidades de reconstrução, recriação, progresso, evolução continuada). Caminha-se, assim, da desordem para a ordem, da morte para a vida, do caos para o cosmos. Afinal, só é possível a reconstrução do mundo após a sua destruição parcial.

A repetição mítica implica uma forma de atualizar (através do rito) o desejo de recriação e renovação permanente do mundo e da vida. Segundo Gusdorf, “o mundo da repetição é o mundo da criação continuada”. Ele prossegue: “A repetição assegura a reintegração do tempo humano ao tempo primordial” (GUSDORF, 1980, 42). Em consonância a este argumento, Lévi-Strauss afirma que a repetição tem uma função própria, que é a de tornar manifesta a estrutura do mito (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 264).

Eliade sustenta que a vida é uma repetição de gestos inaugurados nos tempos primordiais. “Esta repetição consciente de gestos paradigmáticos determinados revela

uma ontologia original” (ELIADE, 1988, 19). Assim, a repetição mítica fundamenta-se na necessidade simbólica de abolição do tempo profano:

A repetição de gestos paradigmáticos confere realidade a um ato (ou objeto) e é nessa medida em que há a abolição do tempo profano, da duração, da 'história'; aquele que reproduz o gesto exemplar é transportado assim para a época mítica em que esse gesto exemplar foi revelado. (ELIADE, 1988, p.50).

A repetição cria, assim, o mito do “eterno retorno”, através do qual se repete ao infinito o movimento cíclico “criação/destruição/recriação”. Mantém-se, com efeito, o ritmo constante e periódico do Cosmos. O mito de eterno retorno revela um desprezo pelo tempo cronológico. Trata-se, pois, de “uma resistência à história, uma revolta contra o tempo histórico, carregado de experiência humana, no tempo cósmico, cíclico e infinito”. (ELIADE, 1988, p. 165).

Kolakowski entende que esse desprezo pelo tempo histórico significa o desejo de suspensão do tempo físico. Esta suspensão se dá, simbolicamente, através da forma mítica do tempo:

Aquela em que o fluir das coisas não só permita ver a transformação, mas também a acumulação, ou que permita crer que o passado, com respeito a seu valor, conserva-se no duradouro, que os fatos não só são fatos, mas também materiais de um mundo de valores que pode ser salvo apesar da irreversibilidade dos eventos. (KOLAKOWSKI, 1981, p. 11).

Nos mitos, como nos contos, nos romances, nas crônicas, nas novelas, nos seriados, nos filmes e nos noticiários, a repetição mítica é uma característica fundamental. Afinal, a repetição busca, como diz Kulakowski, a transformação do tempo efêmero em tempo duradouro.

A repetição da violência na mídia promove, como nas narrativas míticas, a repetição do movimento cíclico “criação/destruição/recriação”. Essa é a lógica da repetição mítica: instaurar a morte para depois negá-la. Se, por um lado, a violência-imagem submerge do imaginário sóbrio e ressalta o seu caráter espetacular, por outro lado, ela pode, em seu jogo imaginário, possibilitar a negação da negação, a recusa da morte. Como afirma Durand, “a imaginação simbólica é dinamicamente negação vital, negação do nada da morte e do tempo” (DURAND, 1988, p. 99). Do ponto de vista fenomenológico, as imagens simbólicas de violência na mídia pode (ou não) cumprir essa função dinâmica de negação do nada da morte e do tempo.

Quando imbuídas em contexto simbólico, essas narrativas da violência pode, paradoxalmente, buscar o avesso da violência. O receptor, diante das imagens de violência que assiste, sente-se distante da violência real, concreta, do seu dia-a-dia. E isso pode deixá-lo, eventualmente, mais relaxado, sem, contudo, deixá-lo alienado de sua realidade cotidiana. Trata-se, neste caso, de efeito eminentemente catártico. Bettelheim (1979) demonstrou, através dos contos de fada, que a violência fictícia tem esse poder de

relaxamento das tensões do receptor. Para ele, é uma função até certo ponto “pedagógica” ou “terapêutica”, porque desperta as pessoas para as “viagens” na sociabilidade imaginária.

21 DAS NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA AO PARADOXO CONCEITUAL DA PULSÃO DE MORTE

Freud cria o conceito de pulsão de morte (*todestrieb*), explicitado no livro “Além do princípio do prazer”, de 1919. Nesta obra, ele aprofunda seus estudos sobre a teoria das pulsões, especialmente sobre a questão da agressividade e da violência, tema abordado em vários outros textos posteriores a esta data.

A expressão “pulsão de morte” é comum e erroneamente traduzida como “instinto de morte”. Mas o termo “*trieb*” significa pulsão (*drive*, em inglês) e não instinto. Freud usava distintamente a palavra “*instinct*”, que se refere ao comportamento animal.

A pulsão de morte (também denominada de *Tanatos*) é o inverso negativo da pulsão de vida (*Eros*). Segundo algumas interpretações psicanalíticas, a pulsão de morte é, originalmente, o fator responsável pelos atos agressivos e violentos do ser humano. A violência, seja ela aplicada contra o próprio indivíduo, contra outrem ou mesmo contra seus “representantes” simbólicos (objetos estimativos ou propriedades, por exemplo), é derivada da carga pulsional do indivíduo, notadamente de sua pulsão de morte.

A pulsão de morte estaria, supostamente, na raiz de todo e qualquer ato de violência. Seu conceito seria essencial para a compreensão da agressividade humana, sob todos os aspectos e circunstâncias. Baseado neste raciocínio, poder-se-ia afirmar – equivocadamente – que o homem destrói, quebra, aniquila, agride, mata e se mata movido pela inexorável pulsão de morte. Entretanto, esta interpretação de pulsão de morte como fator responsável pela violência não corresponde à posição de Freud, segundo significativos estudiosos da psicanálise freudiana.

É importante destacar o fato de que o conceito de pulsão de morte é um dos mais polêmicos e problemáticos na área psicanalítica. Exemplo expressivo de resistência à aceitação desta noção foi vivenciado durante um simpósio da Federação Europeia de Psicanálise, realizado em Marselha (França), em 1984. Mais de 40 profissionais, dentre eles Jean Laplanche, Hanna Segal, André Green e Eero Rechartt, discutiram e questionaram o conceito de pulsão de morte.

Laplanche, por exemplo, recusa a vinculação direta e espontânea da noção de pulsão de morte à tese da violência destrutiva, principalmente dirigida contra o outro. Segundo ele, a pulsão de morte é dirigida, fundamentalmente, contra o próprio indivíduo. Somente em termos secundários é que se pode falar de direcionamento da morte contra o outro. Assim, ao invés de “pulsão de morte”, melhor seria usar o termo “pulsão da própria morte” (LAPLANCHE in GREEN, 1988, p. 17).

Tomando-se por base a noção de pulsão de morte, na visão de Laplanche, fala-se,

primordialmente, em autoagressão; e, secundariamente, considera-se a aplicação de atos de violência. Isto porque, efetivamente, a tópica freudiana relaciona a noção de pulsão de morte muito mais no sentido de um bloqueio de tensões, em busca do repouso e da ausência de excitação/perturbação do que propriamente a atos destrutivos.

Eero Rechartt e Pentti Ikonen (in GREEN, 1988) afirmam que o homem nutre forte rejeição a qualquer tipo de desordem. E foi exatamente esta obstinação humana em lutar contra a desordem que os levou a questionar o conceito de agressão que visa à destruição, embora reconheçam que a destruição é também uma forma de por fim à desordem. Segundo entendem, a desorganização induzida por um objeto ou uma fonte externa pode ser resolvida através de recursos extremos, como através da destruição, mas – sublinham – não são os únicos meios de resolver tal problema.

Este ponto de vista remete, portanto, ao apaziguamento das tensões e perturbações; ao apaziguamento da libido excedente. A pulsão de morte encontra, nesta perspectiva, uma busca (através do bloqueio, da inibição, da dissociação, da imobilização) do fim da desordem e da agitação, provenientes da pulsão de vida (Eros). Como efeito, podemos declarar, com base em Rechartt e Ikonen, que a função da pulsão de morte orienta-se menos no sentido da destruição (violência) e mais no sentido da estabilização (Nirvana).

Laplanche considera de fundamental importância destacar o fato de a pulsão de morte estar fortemente vinculada à noção de “*princípio do zero*” ou Nirvana (retorno imediato à ausência de excitação e de perturbação) (RECHARD in GREEN, 1988, p. 47). Esse “princípio zero” remete à imagem freudiana de retorno do indivíduo ao ventre materno ou à ideia de sua volta ao estado inorgânico, metáfora que conota a noção de repouso absoluto. Afinal, o que é a morte senão este estado de ausência total de excitação?

Assim, dever-se-á entender por pulsão de morte a luta ativa, permanente e obstinada, para reencontrar um estado de paz conhecido anteriormente: esforço por se livrar do que é vivido como perturbador e/ou mantenedor da inquietude. A morte é apenas uma forma particular deste estado de paz, e a destruição é somente um dos meios de lutar para a ele ter acesso. O desígnio central e principal da pulsão de morte, sua meta, sua finalidade é, precisamente, a paz sob uma forma ou outra, através de um meio ou outro. Não se trata, num plano psicanalítico, de um princípio biológico demonstrável, mas de uma aspiração psíquica fundamental. (RECHARD in GREEN, 1988, p. 47).

O ideal do repouso absoluto do Nirvana reforça, assim, o argumento contrário à teoria da agressividade ou da violência, cuja base teórica é justamente a pulsão de morte. O conceito de pulsão de morte tem encontrado importantes argumentos que desmistificam a tese que estabelece uma relação mecânica entre violência e pulsão de morte. Como demonstraram Laplanche, Rechartt e Ikonen, as causas fundamentais da agressividade e da violência não podem ser atribuídas exclusiva e principalmente à teoria da pulsão de morte.

Ao contrário, observa-se que o conceito de pulsão de morte remete, antes, à noção

de retorno à ordem fenomenológica, à estabilização imaginária, à sociabilidade do laço comunitário, ainda que de forma incompleta, simbólica e inconsciente. Essa sociabilidade, voltada para a plenitude da paz interior, da quase efetividade dos direitos humanos, é a busca constante que o sujeito desenvolve na luta contra a morte simbólica e contra a violência imaginária.

3 I DA PULSÃO DE MORTE À PEDAGOGIA DO IMAGINÁRIO E AOS DIREITOS HUMANOS

Ancorada na pulsão de morte, a violência-imagem pode fazer ressoar um “sentir com”, “vibrar com”, “emocionar-se”, “comover-se”, “encantar-se”. Daí porque se entende que a violência-imagem está umbilicalmente relacionada às emoções passionais e aos enlaces simbólicos, que fazem emergir uma sociabilidade vinculante ao mundo das paixões, sejam elas positivas ou negativas do ponto de vistas das convenções sociais. Escreve Maffesoli:

A emoção não pode ser reduzida unicamente à esfera do privado, mas é cada vez mais vivenciada coletivamente. Pode-se até mesmo de um ambiente afetoso, no qual as penas e os prazeres são experimentados em comum. Sobre isso, basta fazer referência ao papel desempenhado pela televisão, quando de catástrofes, guerras, ou outros eventos sangrentos, para se convencer disso. (...) Em cada um desses casos, a televisão permite vibrar em comum. Chora-se, ri-se, sapatea-se em uníssono, e assim, sem que se esteja realmente em presença dos outros, cria-se uma espécie de comunhão. (MAFFESOLI, 1995, pp. 76-7).

Destarte, nota-se que as imagens midiáticas, inclusive a violência-imagem, permitem – imaginariamente – uma “religação” social: “vibra-se com” o outro. Quando efetivamente simbólicas, as imagens (de violência ou não) possuem, segundo Durand, a função potencial de restaurador do equilíbrio psicossocial. Nesta perspectiva, coaduna-se com o conceito de pulsão de morte, ou seja, busca do reordenamento simbólico e do Nirvana interior.

Contudo, é preciso prudência em relação ao que aflora como busca potencial no campo simbólico e imaginário. Assim, as narrativas midiáticas podem divergir em dois eixos antagônicos. Por um lado, a violência-imagem pode refletir e despertar jogos imaginários através dos quais lutamos incessantemente contra a morte, o medo e os nossos desejos inconscientes. Por outro lado, a violência-imagem pode tornar-se banalizada, de forma que nada restará de polissemia simbólica, caindo em mera reprodução da violência simbólica. Neste sentido, corre-se o risco de incorrer-se em perigosa mutação: de simples violência-imagem para a espetacularização da violência; de mero imaginário sombrio para a transubstanciação da violência tecnorracionalista. Entendendo por violência tecnorracionalista, a violência estrutural e institucional da sociedade tecnocrática contemporânea (tecnoburocracia, morosidade e ineficiência dos serviços públicos, exclusão social, redes de manipulação político-midiática, desigualdades estruturais, etc.).

Como consequências drásticas, teríamos a dissuasão do sujeito, que aos poucos

vai abandonando certos referenciais de crenças, ideologias, convicções pessoais e sociopolíticas; a dissolução de suas potencialidades psicossociais e de seus relacionamentos afetivos; e a diluição de seus desejos, expectativas, sensibilidade, criatividade, da imaginação

Para viabilizar a confluência promissora do sentir-se e do comunicar-se, necessário se faz promover uma criativa pedagogia do imaginário, cujo objetivo fundamental é, como afirma Bruno Duborgel (1983), desenvolver as capacidades do “homo symbolicus”.

O projeto de uma educação da imaginação poderia ser remetida à exigência geral de desenvolver - gradualmente, desde a Escola Maternal até a Universidade- as capacidades mesmas do 'homo symbolicus', a aprendizagem dos modos de conhecimento e da linguagem da imaginação simbólica. (DUBORGEL, 1983, p. 445).

Isso implica a aprendizagem dos modos de conhecimento e da linguagem da imaginação simbólica. Tal aprendizagem dar-se-á não só nos espaços da escola, como em todos e quaisquer espaços onde possa haver comunicação e trocas culturais. Especialmente, no processo de comunicação dos *mass media*.

Contudo, a concretização de uma pedagogia do imaginário – voltada para o sentir-se e para o comunicar-se – só seria possível se se buscasse um efetivo resgate da imaginação simbólica, da educação da imaginação, da ética da estética, da reatização de mitos e símbolos. Será ético equilibrar a exibição e o fluxo televisivo de imagens de violência impactantes, fortes, contundentes. O impacto traumático aguça a curiosidade do olhar, mas pode agredir as retinas da imaginação e do equilíbrio psicossocial. Será ético, ainda, dosar a veiculação de imagens sanguíneas para não se correr o risco de banalização e de espetacularização da violência, cuja seqüela psicossocial maior será a diluição da imaginação simbólica.

O poder de criação, a atividade criadora, o desejo de criar, o olhar criativo. Este seria o terreno a ser cultivado por uma pedagogia do imaginário, cuja compreensão (e desenvolvimento) estaria a serviço do sujeito-desejante, do sujeito de direitos humanos. Afinal, apesar do eterno sentimento de impotência peculiar ao desejo, a plenitude parcial (“vivência de satisfação” substitutiva e fracionada) e a autoafirmação do sujeito viabilizam-se através do poder de criação e de afirmação como ser humano.

O resgate das forças do imaginário será possível, pois, a partir da compreensão em profundidade da relação olhar/desejo/imaginação. O fenômeno imaginário é, portanto, crucial para o estudo do sujeito-desejante: a finitude ou infinitude semântica de sua imaginação.

Entretanto, uma pedagogia do imaginário não se constrói apenas através dos processos de democratização ideológica da educação. Não se limita à produção de conhecimentos e às trocas culturais. Mais que isso, uma requer uma transformação global nas formas de apreensão, compreensão e expressão simbólica do mundo humano, material

e cósmico. Requer, enfim, que se permita e se incentive o nosso inalienável direito de sonhar (BACHELARD, 1970) e de ser afirmar como humano de direitos humanos.

É importante ressaltar que os direitos humanos não são um privilégio de determinados grupos sociais, sejam eles marginalizados ou privilegiados. Ao contrário, transitam por todos os segmentos sociais, portanto, valem para todos os partícipes da sociedade. São direitos além de fronteiras, que ultrapassam limites das nações e dos estados. Segundo Norberto Bobbio (2004), os direitos humanos são universais na medida em que é um ideal a ser alcançado por todos os povos e nações. Reside no campo da deseabilidade, pois remetem às coisas que desejamos individual ou socialmente, para o sujeito, sua família, sua comunidade, sua nação, seu mundo histórico. São fins que merecem ser perseguidos. Mas, apesar dessa deseabilidade, não foram totalmente reconhecidos e nem plenamente alcançados.

Além de universais e não-absolutos, os direitos humanos são heterogêneos. Há pretensões diversas e até incompatíveis. As razões para sustentar certos direitos não valem para outros. Os direitos e seus fundamentos podem entrar em concorrência. Exemplo: o direito à liberdade de expressão versus o direito de não ser escandalizado ou chocado (BOBBIO, 2004). Explicando melhor: o direito consagrado de livre manifestação do pensamento encontra um limite ético à medida que este não pode ser usado para fazer apologia à violência, à criminalidade, à ilegalidade. A liberdade de opinião – direito constitucional e universal – não pode transpor o limite educacional de não atingir crianças e adolescentes em face de imagens e conteúdos pornográficos, ou de cenas chocantes que possam constranger ou vilipendiar a dignidade da família, da comunidade, da raça, da religião ou dos valores culturais de um povo.

Deve-se, assim, minimizar a importância excessiva conferida ao mundo da objetividade, das necessidades, da racionalidade. Caberá, no entanto, valorizar o mundo da subjetividade, do devaneio, das imagens e dos desejos da imaginação. Em relação à linguagem, por exemplo, Bachelard afirma:

Precisamos procurar, pacientemente, a propósito de todas as palavras, os desejos de alteridade, os desejos de duplo sentido, os desejos de metáfora. De um modo mais geral, devemos recenciar todos os desejos de abandonar aquilo que vemos e aquilo que dizemos, em favor daquilo que imaginamos. (BACHELARD, 1965, p. 10).

Será necessário, destarte, valorizar uma visão holística ou holonômica, integrando, assim, o saber à realidade humana, a objetividade à subjetividade, o particular ao universal, sempre de forma pluralista e dialógica/analógica. (PAULA CARVALHO, 1990, p. 22). Inácio de Loyola, já no século XVI, manifestava preocupação em se fundar e se desenvolver uma educação da imaginação, através da cultuação às imagens simbólicas.

Objetividade vazia dos signos, subjetividade redutora das alegorias, dogmatismo das ideias, sectarismo das práticas. Eis, pois, aquilo que uma pedagogia do imaginário

rejeita com veemência. Uma pedagogia do imaginário cultiva a beleza e a amplitude estética das imagens e dos mitos; o valor ético e a força dos ritos e dos gestos; o mistério e a experiência inenarrável de simplesmente estar vivo, de sentir-se uns aos outros e de comunicar-se uns com os outros.

Dizem que o que todos procuramos é um sentido para a vida. Não penso que seja assim. Penso que o que estamos procurando é uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida, no plano puramente físico, tenham ressonância no interior de nosso ser e de nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos. (CAMPBELL, 1990, p. 5).

É relevante observar que esse mistério proporcionado pela experiência de estar vivo e de comunicar-se remete à ideia maffesoliana de “ética da estética”. Ou seja: Existe no interior da sociabilidade um modo de ser (*ethos*) no qual as experiências compartilhadas com os outros (estar-junto), a estética (*aisthesis*), o sentir comum, tudo isso é fundamental ao “*homo symbolicus*”. Tão fundamental, que ele se torna também um “*homo estheticus*”. Assim, a pergunta de Maffesoli torna-se muito sugestiva: “...Depois do ‘*homo politicus*’ e do ‘*homo economicus*’, não nos confrontamos com o surgimento do ‘*homo estheticus*’?” (MAFFESOLI, 1996, p. 42).

Essa “ética da estética” propicia o prazer, a delícia e o conflito de estar-junto e de integrar determinado grupo social (“tribos” urbanas). E “o fato de experimentar em comum suscita um valor, é vetor de criação”. “A potência coletiva cria uma obra de arte: a vida social em seu todo, e em suas diversas modalidades. É, portanto, a partir de uma arte generalizada que se pode compreender a estética como faculdade de sentir em comum” (MAFFESOLI, 1996, p. 28). Neste sentido, a pedagogia do imaginário valoriza não só a experiência imagética, simbólica, como também estética e afetiva. Com efeito, busca-se conciliar o “*homo symbolicus*” ao “*homo estheticus*”, bem como ao “*humanae iura*”.

Mas, além dos equilíbrios vital e psicossocial, G. Durand afirma que o símbolo é também dinamizador de um equilíbrio antropológico (constituente do humanismo e do ecumenismo da alma humana) e da teofania (domínio do “supremo valor”). Em suma: resgatar o poder da simbolização, a beleza da criação e a experiência da mitização do ser humano são, pois, o meio através do qual se tecerá uma sugestiva educação da imaginação, objetivo essencial de uma pedagogia do imaginário.

Entretanto, como afirma Duborgel, importa, antes de tudo, preparar o educador para “ler” e para “esclarecer” as formas e as estratégias da iconoclastia no universo cotidiano das práticas escolares e comunicacionais. E essa tarefa é de “primeira urgência se é verdade que uma pedagogia da imaginação tem por desafio e por condição fundamental a modificação de certas características de nossa cultura” (DUBORGEL, 1983, 443).

Mas a modificação da cultura, na perspectiva de uma educação da imaginação, necessita radical ruptura com as posturas positivistas e objetivistas que ainda prevalecem

na sociedade contemporânea. Necessário, assim, que as imagens simbólicas emergentes prevaleçam sobre as imagens saturadas e vigentes de violência simbólica.

Em suma: resgatar o poder da simbolização, cultivar a beleza da criação, valorizar a experiência da mitificação do ser humano e ressaltar o caráter humanitário do sujeito são, pois, o meio através do qual se tecerá uma sugestiva educação da imaginação, objetivo essencial de uma pedagogia do imaginário e de uma afirmação dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ARENDET, H. **Da violência**. Brasília, Editora da UnB, 1985.

BACHELARD, G. **L'air et les songes: Essai sur l'imagination du mouvement**. Paris, Corti, 1965.

BACHELARD, G. **L'eau et les rêves: Essai sur l'imagination de la matière**. Paris, Corti, 1966.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo, Paisagem, 1990.

COSTA, Jurandir F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBORGEL, Bruno. **Imaginaire et pédagogie**. Paris, Le Sourire qui Mord, 1983.

DURAND, G. **Las estructuras antropológicas de lo imaginario**. Madrid, Taurus, 1981.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo, Cultrix: Edusp, 1988.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

ELIADE, M. **O mito do eterno retorno**. Lisboa, Edições 70, 1988.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1970.

GREEN et al. **A pulsão de morte**. São Paulo, Escuta, 1988.

GUSDORF, G. **Mito e metafísica**. São Paulo, Convívio, 1980.

JUNG, G. **Símbolos da transformação**. Petrópolis, Vozes, 1986.

KOLAKOWSKI, L. **A presença do mito**. Brasília, Editora da UnB, 1981.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. **Vocabulário de psicanálise**. Martins Fontes, 1970.

LAPLANCHE, J. "A pulsão de morte na teoria da pulsão sexual". In: GREEN et al. **A pulsão de morte**. São Paulo, Escuta, 1988.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa, Edições 70, 1978.

LÉVI-STRAUSS. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo**. (Trad. Francisco Franke Settineri). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. (Trad. Bertha Halpern Gurovitz). Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MICHAUD, Y. **A violência**. (Trad. L. Garcia). São Paulo, Ática, 1989.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: O espírito do tempo**. Volumes "Neurose" e "Necrose". (Trad. Maura R. Sardinha). Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1990.

PAULA CARVALHO, J.C. **Antropologia das organizações e educação: Um ensaio holonômico**. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

RECHARDT, E. "Os destinos da pulsão de morte". In: GREEN et al. **A pulsão de morte**. São Paulo, Escuta, 1988.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alimentação 25, 28, 29, 30, 36, 37, 41, 51, 99, 101

Aplicativos 70, 98, 153, 155, 156, 157, 158, 164, 165

Automação 54, 56, 57, 59, 61, 62, 64

B

Beleza 11, 12, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 222, 232, 233

C

Cinema 104, 112, 146, 166, 167, 168, 172, 175, 176

Consciência 72, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 223

Consumo 20, 23, 25, 40, 44, 45, 46, 57, 58, 85, 86, 87, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 112, 118, 150, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 218, 219

Cultura 25, 34, 37, 41, 43, 44, 52, 53, 54, 78, 99, 100, 130, 140, 143, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 179, 182, 183, 184, 188, 189, 204, 209, 210, 220, 221, 232, 234, 235, 236, 237, 240, 241

D

Desejo 32, 62, 76, 123, 174, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 223, 225, 226, 230

Direitos humanos 74, 222, 229, 230, 231, 233, 241

Discurso 1, 3, 4, 5, 13, 21, 31, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 83, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 167, 182, 183, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 216, 218, 219, 220, 237

E

Educação 25, 36, 37, 46, 100, 154, 156, 164, 165, 176, 220, 222, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 241

Emagrecimento 23, 28, 33, 35, 37

F

Filosofia 27, 114, 152, 178, 179, 182, 183, 184

Fluxo 46, 130, 131, 138, 139, 140, 149, 166, 173, 174, 175, 176, 230

G

Games 110, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 153, 154, 156, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 222

Globalização 40, 41, 53

H

Humanismo 178, 179, 184, 232

I

Identidade 1, 16, 19, 28, 39, 40, 41, 42, 46, 51, 52, 53, 93, 100, 152, 187, 192, 205, 218, 219, 235, 237

Ideologia 43, 71, 73, 74, 78, 83, 179, 197, 221

Imersão 166, 172, 173, 174, 175, 177

Impotência 179, 181, 182, 230

Individualidade 28, 138, 178, 179, 183, 187, 188, 189, 190, 191, 225

J

Jogos didáticos 153, 156

Jogos digitais 129, 140, 171, 172, 173, 176

Jornalismo 3, 4, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 30, 31, 32, 34, 38, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 83, 141, 178, 241

L

Liberdade 74, 76, 77, 79, 80, 96, 107, 111, 113, 114, 115, 117, 125, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 231

Luxo 98, 107, 185

M

Mercado 7, 25, 29, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 59, 60, 85, 94, 95, 96, 98, 111, 120, 121, 129, 166, 170, 174, 175, 179, 181, 182, 184, 186, 190, 191, 192

Mídias sociais 85, 209

Midiatização 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221

Mulheres 1, 2, 3, 7, 8, 9, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 45, 51, 88, 90, 94, 95, 96, 100, 118, 239

N

Narrativa 72, 73, 75, 76, 83, 84, 90, 98, 99, 101, 106, 107, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 224, 235

Negacionismo 194, 196, 205

Notícia 1, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 27, 31, 32, 33, 35, 41, 65, 68, 89

O

Oferta 44, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 62, 66, 85, 98, 111, 118, 146, 184

P

Pandemia 1, 2, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 55, 58, 59, 67, 68, 70, 195, 198, 199, 200, 203, 205, 206

Pesquisa 21, 23, 25, 26, 31, 36, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 83, 98, 108, 110, 111, 112, 116, 117, 126, 129, 131, 135, 139, 141, 143, 145, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 164, 165, 178, 192, 201, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 236, 237, 238, 239, 240, 241

Plataformas digitais 1, 2, 70, 87

Poder 4, 44, 45, 52, 53, 68, 74, 75, 81, 83, 96, 98, 106, 130, 133, 145, 147, 148, 149, 179, 182, 184, 185, 186, 195, 202, 220, 222, 226, 227, 230, 232, 233

Política 13, 36, 43, 46, 52, 53, 72, 73, 75, 76, 83, 100, 114, 149, 152, 180, 187, 189, 199, 201, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 236, 241

Processo 4, 5, 26, 31, 40, 54, 56, 64, 76, 77, 85, 86, 98, 99, 100, 111, 113, 115, 117, 123, 124, 125, 130, 131, 143, 144, 146, 148, 153, 155, 156, 157, 167, 171, 179, 180, 181, 186, 187, 191, 192, 201, 208, 209, 210, 211, 219, 220, 223, 230

Publicidade 37, 43, 54, 55, 58, 62, 66, 85, 86, 87, 93, 94, 95, 96, 98, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 178, 181, 190

Q

Questionário 132, 235, 238

Química 153, 154, 155, 156, 158, 163, 164, 165

R

Redes sociais 2, 59, 85, 86, 92, 95, 112, 139, 181, 182, 195, 202, 205, 211, 218, 219

Resistência 18, 86, 194, 195, 203, 205, 226, 227

Revista 21, 23, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 68, 70, 82, 93, 100, 104, 108, 110, 127, 151, 164, 165, 176, 177, 206

S

Saúde 1, 2, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 38, 39, 41, 47, 52, 57, 59, 93, 107, 118, 119, 121, 123, 198, 199, 200, 201, 206

Sexo 39, 41, 47, 51, 52, 95, 135, 136

Silenciamento 20, 71, 72, 74, 75

Smartphones 129, 153, 154, 155, 156, 157, 164

Sociabilidade 222, 223, 224, 225, 227, 229, 232

Sociocultural 40

Sujeito 12, 39, 41, 52, 98, 100, 104, 148, 154, 182, 183, 184, 188, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 222, 225, 229, 230, 231, 233, 238

T

Tecnologias 29, 54, 55, 56, 57, 59, 66, 67, 86, 112, 126, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 165, 174, 175, 185, 209

Transformações 4, 74, 87, 96, 99, 106, 141, 143, 149, 167, 195, 209, 211, 236

Trilha sonora 89, 139, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

U

Usuário 65, 110, 117, 129, 130, 131, 137, 139, 168, 174, 175, 237

V

Vacina 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

COMUNICAÇÃO:

Mídias, temporalidade e processos sociais

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

